

'A terra é o capital do Distrito Federal'

Sheyla Leal

O secretário de Governo, Hélio Doyle, coordenará as principais obras do GDF. A nova missão delegada há menos de um mês pelo governador inclui a coordenação do megaempreendimento Cidade de Negócios, do projeto Orla do Lago e da conclusão do metrô, estimados em R\$ 900 milhões. Nessa entrevista ao JBr, o secretário revela os planos do Executivo para iniciar as parcerias com a iniciativa privada, onde o capital do GDF será a terra pública. "Tudo vai ser feito às claras", antecipa, em resposta às insinuações da oposição de que a parceria com a Odebrecht na Cidade de Negócios seria uma retribuição às doações para a campanha de Cristovam feitas pela construtora. Ele acusa o PMDB de usar "métodos nazistas".

— Sua mais nova missão é comandar as principais obras do GDF. EM 96 quais serão as prioridades nesta área?

— O GDF estabeleceu sete projetos estratégicos e o governador entendeu que a Secretaria de Governo deveria fazer um acompanhamento mais detalhado. São projetos que têm alguns pontos em comum: têm a ver com desenvolvimento urbano e econômico da cidade. Possibilitam não só um crescimento ordenado, compatível com as normas urbanísticas, como também vão gerar emprego e rendas para a cidade. Desses o mais avançado é o metrô, que será retomado ano que vem. Ainda estamos na fase de negociações. Estamos tentando um custo menor para conclusão.

— Há muita confusão em torno desses números. O deputado Augusto Carvalho (PPS) sugeriu até a criação de uma CPI para investigar a obra. Isto é necessário.

— Há confusão com números justamente porque está havendo uma negociação para reduzir custos. A gente estima que para a conclusão do metrô em torno de US\$ 380 milhões. Já foram gastos US\$ 713 milhões, mas continuamos negociando. Colocamos recursos no Orçamento da União, por intermédio daquela emenda conjunta da bancada Federal, no nosso Orçamento local e estamos concluindo negociações com o BNDES. Podemos não reiniciar a obra completa, mas de forma gradativa.

O reinício está condicionado à conclusão da auditoria?

— A auditoria está sendo realizada pela Secretaria da Fazenda e, naturalmente, é uma condição para que reiniciemos a obra. No momento em que renegociamos e realizamos auditoria, estamos cumprindo os pré-requisitos para viabilizar a obra.

— A auditoria foi solicitada porque havia suspeita de superfaturamento na obra?

— A decisão de fazer auditoria tinha sido anunciada desde a campanha eleitoral. Foi compromisso de campanha porque sempre se ouviu falar muito de irregularidade no metrô. Considerávamos que era preciso um esclarecimento. A auditoria é que vai indicar onde há problemas. Temos condições de fazer o prejulamento como faz o deputado Augusto Carvalho.

— E este mega empreendimento chamado de Cidade de Negócios, é o metrô do governo Cristovão?

— Não. Essas obras todas são fundamentalmente da iniciativa privada em parceria com o GDF. Todas elas não se viabilizam apenas com o governo. A Cidade de Negócios é um empreendimento privado, particular. Agora, a terra onde este empreendimento vai se instalar é pública. Esta é a maneira que o GDF tem de estabelecer a parceria. A terra é o capital que o Distrito Federal tem para participar desses empreendimentos. A forma como vai se dar essa parceria depende de muitas negociações.

— A terra será licitada?

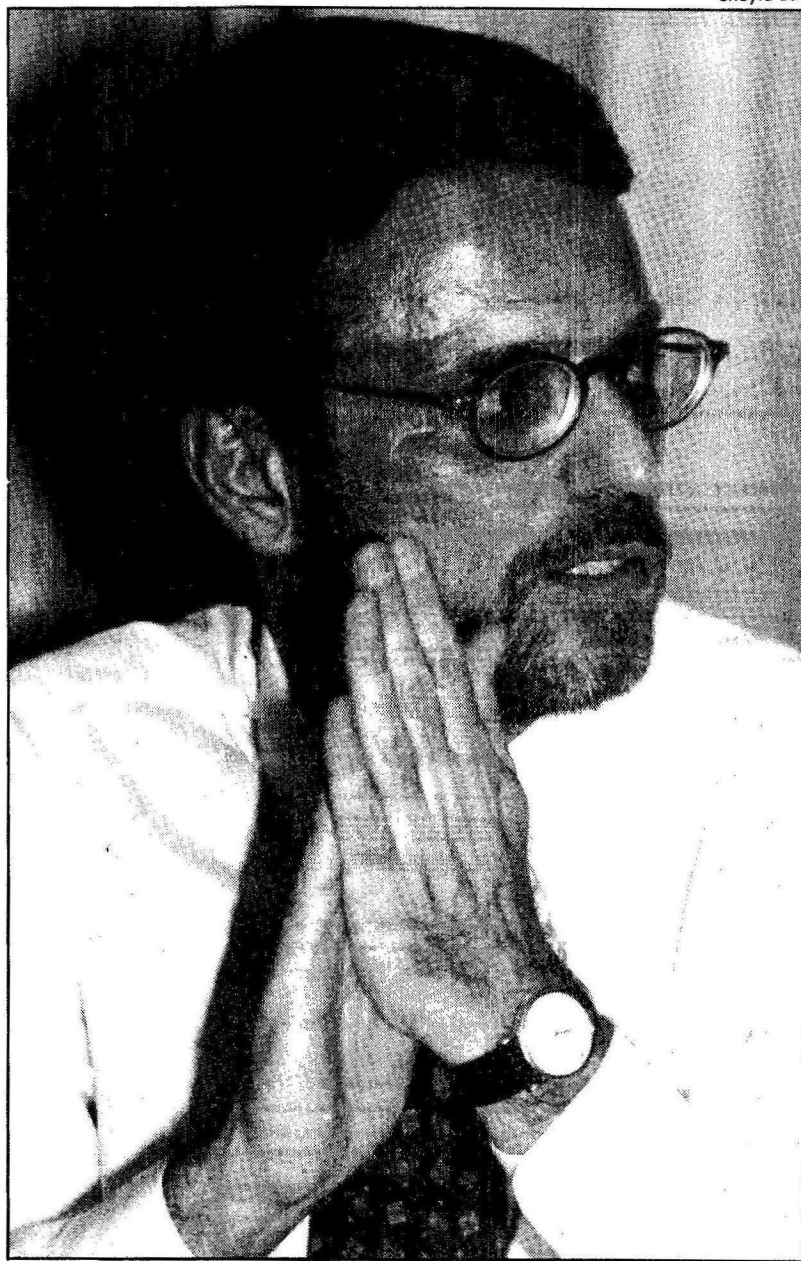
— O projeto basicamente depende da iniciativa privada. Nosso papel de governo é incentivar este projeto, criar as condições para que ele exista. A terra pública é do GDF, é da população. Então, tem a questão de disponibilizar essa terra para viabilizar o projeto. Lá, serão erguidos os edifícios, um Centro de Convenções de padrão bem superior a este que temos aqui. Um projeto que estamos calculando R\$ 350 milhões. Ele seria concluído nos primeiros anos do próximo século. A idéia é gerar em torno de 15 a 20 mil empregos na época da construção. No total, uma média de 70 mil empregos.

— Aquela área é para este tipo de empreendimento?

— Pode ser. Não tem nenhum impedimento. Agora, claro que a gente quer manter uma área de proteção ambiental à margem do Lago.

— Os parceiros já estão definidos?

— Uma discussão importante que está sendo feita dentro do GDF é a de que tipo de parceria vamos criar. Podemos simplesmente vender a terra, vender o terreno. Aí, gera recursos e viabiliza. Você pode encontrar também um instrumento de concessão real de uso: o Estado concede o uso durante um período, recebendo uma remuneração por isso. Podemos fazer sociedade. Por exemplo: o terreno vale mil, o empreendimento vale dez mil, então o Estado entra com o terreno e tem 10% do empreendimento. Tem várias formas para viabilizar isto. Estamos discutindo isto, não só em relação à Cidade de Ne-



“ Todo o projeto que envolve desafetação de terras tem que passar pela Câmara. Se for bem feito, a Câmara não vai se opor ”

gócios, mas também com relação ao projeto Orla do Lago e aos terrenos das marginais do metrô.

— Quando o projeto Cidade de Negócios deve ser encaminhado à Câmara?

— Todo projeto que envolve desafetação de terra precisa passar na Câmara. Agora, certamente que se o projeto for bem feito, tiver dentro de padrões urbanísticos adequados e garanta a geração de empregos, é evidente que a Câmara não vai se opor. Esperamos que já entre em votação no próximo ano, mas não existe data. Estamos trabalhando com data no Orla, que será lançado dia 2 de dezembro e terá prazo até abril para a divulgação dos editais. A partir do lançamento, não só vamos arrumar os terrenos como cuidar de toda parte jurídica das terras. Temos que decidir como será o sistema de disponibilização dessas terras do Orla. Vamos lançar o projeto, apresentar as alternativas e começar, a partir do lançamento, as conversas com os setores empresariais interessados.

— Doação nem pensar, não é? Pode ser então por intermédio do Prodecon?

— Não é a idéia. Mas não posso dizer para você nem pensar, porque pode haver dentro do governo quem defenda essa posição. Porém, a intenção não é essa. Nesses projetos que estamos falando, não há necessidade de incentivo deste tipo. O GDF simplesmente dá, doa. Agora, também não posso chegar a descartar que determinado empreendimento, pela sua importância, pelo seu volume de geração de emprego, de renda e de perspectiva para a cidade não possa. Mas tudo isto terá que ser muito discutido.

— Quando se falou no projeto da Cidade de Negócios, alguns deputados da oposição, de forma jocosa, disseram que o empreendimento era uma forma de compensar a Odebrecht pela doação à campanha de Cristovam Buarque. Como o senhor reage a esses ataques?

— Nossas contas de campanha foram transparentes, claras, não es-

condemos nada. O candidato que esses deputados apoiaram escondeu suas contas. Só sabemos pela imprensa que, na verdade, a Odebrecht deu para o candidato que essa oposição apoiou (o senador Valmir Campelo - PTB) seis vezes mais que para nós. Então, eles não podem falar disso. Agora, aceitamos contribuições de campanha, sem estabelecer nenhum compromisso com nenhum dos doadores. Desafio qualquer um a mostrar um compromisso que tenhamos assumido em benefício de algum dos doadores. Agora, se qualquer empresa pretende participar de um projeto, ela tem direito. O processo será claro, transparente, por licitação, sem qualquer favorecimento.

— Isto é picuinha da oposição?

— É mais uma picuinha. Essa nossa oposição, ela nitidamente trabalha com o método nazista de repetir tanto uma mentira que ela se torne verdade. Eles não sustentam qualquer debate em torno de alguns pontos que levantam. Claro que têm alguns deputados melhor preparados, como o deputado Luiz Estevão, mas outros do PMDB não sabem nem o que estão falando.

— São fantoches?

— São pessoas inexpressivas, que hoje se amparam no deputado Luiz Estevão e antes se amparavam no governador Joaquim Roriz.

— A prioridade do GDF no próximo ano será tocar obras?

— A prioridade do GDF não é tocar obras. O governo dá prioridade absoluta à saúde, educação e segurança. Para melhorar essas áreas não é necessariamente por intermédio de obras, é claro. Você precisa construir mais salas de aula para melhorar a educação, mas não é só isto. Há todo um trabalho que está sendo feito pelo secretário da Educação, Antônio Ibañez. Melhor saúde e segurança não depende só de obras. Mas o governo tem uma preocupação e nós sentimos a dificuldade de recursos para tocar aquelas obras que parecem até secundárias, mas que são fundamentais, especialmente para quem vivem em situação difícil. Neste tipo de obra, não se estabelece parceria com a iniciativa privada.

O Estado não tem recursos para tocar essas pequenas obras?

— Não. Esta é uma situação que a população tem que entender. Quando buscamos a parceria em outras obras, como no projeto Orla, na Cidade de Negócios e no metrô, o que queremos é que nessas áreas a iniciativa privada tenha interesse de investir. Aí então o Estado se beneficia, pois melhora a qualidade de vida da população. Temos o projeto de vender terrenos nas margens do metrô para aplicar esses recursos no saneamento do Recanto das Emas e Samambaia. É a maneira que a gente tem de conseguir um pouco mais de recursos, além dos orçamentários, no sentido de beneficiar a população.